

Vinicius Lummertz*

Turismo precisa de um mandato político

O turismo brasileiro sofre de um problema de definição. Continua sendo tratado como um setor econômico quando, na realidade, tornou-se uma das mais importantes plataformas de competitividade das economias modernas.

O mundo já não fala apenas em turismo. Fala em Travel and Tourism. A economia das viagens. A economia da mobilidade. A economia do visitante. Um sistema que integra aviação, hotelaria, gastronomia, comércio, eventos, esportes, cultura, entretenimento, tecnologia, logística e desenvolvimento urbano. Talvez seja hora de o Brasil atualizar sua visão.

Quando uma empresa realiza uma convenção, quando um investidor visita uma região, quando uma feira internacional escolhe uma cidade, quando uma companhia aérea inaugura uma rota ou quando uma família decide viajar, dezenas de setores entram em movimento simultaneamente. O turismo não é apenas uma atividade econômica. É um multiplicador econômico. Mais do que isso, é uma infraestrutura invisível que conecta pessoas, negócios, investimentos e oportunidades. Por isso, deve ser tratado como infraestrutura de competitividade.

A aviação é um exemplo evidente. Nenhum país continental se integra sem conectividade. Nenhuma região atrai investimentos sem mobilidade. Nenhuma economia moderna prospera sem a circulação eficiente de pessoas, conhecimento e capital. Turismo e viagens funcionam, nesse sentido, como o verdadeiro backbone de conectividade do Brasil.

O país precisa de um Programa Nacional de Conectividade Aérea e Integração Logística. Um programa capaz de fortalecer aeroportos regionais, estimular aeronaves de menor porte, ampliar rotas, aumentar frequências e integrar centenas de cidades hoje afastadas dos grandes fluxos econômicos.

A experiência de São Paulo demonstrou que isso é possível. A redução do ICMS sobre o querosene de aviação ampliou a malha aérea, fortaleceu aeroportos regionais, criou mais de 700 frequências semanais adicionais e ajudou a consolidar um novo ciclo de investimentos, acompanhado pela concessão de 22 aeroportos. Menos impostos significaram mais conectividade, mais atividade econômica e mais arrecadação. Mas conectividade é apenas uma parte da agenda.

O Brasil também precisa de um Plano Nacional de Turismo e Viagens. Um plano capaz de organizar prioridades, estabelecer metas e projetar resultados para uma atividade que já se tornou estratégica para a geração de empregos, renda e investimentos. Esse plano deve incluir conectividade aérea, desenvolvimento dos parques naturais, atração de eventos internacionais, fortalecimento dos cruzeiros, economia criativa, qualificação profissional, crédito, simplificação regulatória e modernização dos destinos.

Mais importante ainda, deve responder a perguntas objetivas. Quantos empregos podem ser criados? Quanto investimento pode ser atraído?

Quanto desenvolvimento regional pode ser produzido? Qual será o impacto sobre a renda, a produtividade e a arrecadação?

O mundo já está fazendo essas contas. O setor de Travel and Tourism representa cerca de 10% da economia mundial, contribuiu com mais de US\$ 11 trilhões para o PIB global e sustenta centenas de milhões de empregos. As projeções para a próxima década apontam crescimento contínuo e acima da média da economia mundial. (Conselho Mundial de Viagem e Turismo).

O Brasil também crescerá. Mas as estimativas indicam expansão inferior à média global. Em outras palavras, podemos avançar em números absolutos e, ainda assim, perder participação relativa. Esse é um alerta que não deveria passar despercebido.

Há, porém, uma lição que o turismo brasileiro precisa aprender. Boas ideias não vencem sozinhas.

O Simples Nacional tornou-se uma das mais importantes políticas públicas da história brasileira porque conquistou um mandato político. Houve uma tese clara, números consistentes, mobilização institucional e um enorme esforço de convencimento nacional. Foram centenas de seminários realizados pelo Sebrae em todo o país e encontros com as bancadas parlamentares dos estados. Economistas, jornalistas, empresários e parlamentares foram chamados a compreender os impactos daquela transformação.

O resultado foi a construção de um consenso. O turismo precisa fazer algo semelhante.

Foi com esse espírito que propusemos, recentemente, no LIDE, a criação de uma União Nacional do Turismo. Não mais uma entidade. Não mais uma sigla. Mas um espaço permanente de convergência, capaz de reunir o conhecimento acumulado pelos diversos segmentos da economia das viagens para formular uma agenda nacional de desenvolvimento.

As próximas eleições oferecem uma oportunidade rara para iniciar esse debate. Não como uma reivindicação corporativa, mas como uma discussão sobre o futuro da competitividade brasileira.

O Brasil possui ativos extraordinários. Possui natureza, cultura, mercado interno, capacidade empresarial e uma das maiores redes de cidades do planeta. O que ainda não possui é uma visão compartilhada sobre como transformar esses ativos em prosperidade.

Turismo e viagens podem fazer muito mais pelo Brasil do que o Brasil tem permitido que façam. Mas isso exigirá algo além de incentivos pontuais. Exigirá uma tese nacional, metas claras e capacidade de mobilização.

O turismo não é uma consequência do desenvolvimento. É uma das formas mais eficientes de produzi-lo. Os ativos já existem. O mandato político ainda precisa ser construído.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

André Naves*

Bolsa Família: emancipação, economia e a desconstrução do preconceito

No debate público brasileiro, poucos temas despertam tantas paixões - e, infelizmente, tanta desinformação - quanto o Bolsa Família. Frequentemente reduzido ao rótulo superficial de "assistencialismo", o programa é, na realidade, uma das tecnologias sociais mais sofisticadas do mundo para o enfrentamento da pobreza intergeracional. Ele não atua apenas no alívio imediato da fome; funciona como um estruturador de direitos fundamentais e um poderoso motor para as economias locais.

Compreender o Bolsa Família exige afastar o preconceito e fixar o olhar nos dados e na realidade constitucional. Longe de ser um sistema desordenado de distribuição de renda, o ingresso no programa obedece a critérios técnicos rigorosos através do Cadastro Único (CadÚnico). Funciona como um verdadeiro "raio-X" da vulnerabilidade social do país. Estar cadastrado, contudo, não é garantia de recebimento: a seleção é impessoal, automatizada mensalmente pelo governo federal e prioriza as famílias de menor renda com maior número de crianças e adolescentes.

O grande trunfo do programa - e um de seus pontos menos compreendidos - reside nas condicionalidades. O Estado não realiza uma mera transferência financeira; ele firma um contrato social. Para manter o benefício, as famílias precisam cumprir contrapartidas rígidas na saúde (como vacinação em dia e pré-natal) e na educação (frequência escolar mínima).

Essas regras não são burocracia. São mecanismos de proteção à infância e de ruptura do ciclo da miséria. Se uma criança falta à escola, o sistema emite um alerta precoce para que o poder público identifique a causa, seja ela o trabalho infantil ou a violência doméstica.

Outra crítica recorrente e infundada é a de que o programa "aprisiona" seus beneficiários. A atual arquitetura do Bolsa Família foi desenhada justamente para incentivar a formalização do trabalho por meio da chamada Regra de Proteção. Ao conquistar um emprego com carteira assinada, o cidadão não perde o benefício imediatamente: ele pode permanecer no programa por até dois anos recebendo 50%

do valor. Essa rampa de transição suave garante a segurança econômica necessária para que o trabalhador aceite novas oportunidades e busque a autonomia sem o fantasma da fome imediata.

Em tempos de pós-verdade, combater mitos com dados científicos é uma questão de responsabilidade ética. Três grandes falácias caem por terra quando analisadas pelo retrovisor da ciência econômica:

O suposto "efeito preguiça": pesquisas do Banco Mundial e do Ipea demonstram que a imensa maioria dos beneficiários adultos trabalha, mas na extrema precariedade da informalidade. O benefício é complemento, não substituto do salário.

O mito da natalidade: dados do Censo do IBGE provam que a taxa de natalidade segue caindo no Brasil, inclusive nas regiões de maior cobertura do programa. O valor pago por filho é insuficiente para cobrir os custos reais de criação, desidratando a tese de "ter filhos para ganhar mais".

O destino do recurso: estudos de padrão de consumo mostram que o dinheiro é gasto majoritariamente em alimentação, remédios e material escolar. O impacto disso na economia é multiplicador: cada R\$ 1,00 investido no programa gera um crescimento superior a R\$ 1,70 no PIB, pois o recurso é injetado diretamente no comércio local.

O Bolsa Família não é uma política de submissão, mas de emancipação. Em uma sociedade estruturalmente desigual como a nossa, falar em meritocracia sem uma base material mínima é uma ilusão cruel. Ao garantir nutrição e escola para as novas gerações, estamos investindo no capital humano e na estabilidade do país. Enxergar o programa como investimento, e não como gasto, é o primeiro passo para consolidar um futuro verdadeiramente justo.

***André Naves é Defensor Público Federal especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social, Mestre em Economia Política, Comendador Cultural, escritor e professor. Saiba mais em www.andrenaves.com ou em suas redes sociais @andrenaves.def.**

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: SOBRETAXAS NA ALEMANHA PODEM PORVOCAR NOVAS MANIFESTAÇÕES POPULARES

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de junho de 1931 foram: Diante das sobretaxas impostas aos Aliados, a Alemanha está com sério risco de ter agitações populares pelas altas dos impostos. Insistência do primeiro-ministro Lloyd

George em manter a emenda do imposto territorial pode fazer com que o governo inglês tenha uma debandada ministerial. Parlamento espanhol discute onde será instalada a Assembleia para fazer a nova Constituição do país.

HÁ 75 ANOS: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS HOMENAGEIA JOÃO NEVES DA FONTOURA

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de junho de 1951 foram: Tropas Aliadas avançam na Coreia do Norte e miram derrubar o "Triângulo de Açor"

chinês. Ingleses e iranianos iniciam conversas sobre o petróleo. Academia Brasileira de Letras faz homenagem ao chanceler João Neves da Fontoura.